

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA BAHIA – *CAMPUS* VALENÇA
GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO

ADEILTON MARCELINO DA CRUZ

As políticas públicas de Permanência existentes no IFBA – *Campus* Valença e suas contribuições para a formação dos alunos nos cursos de Licenciatura em Computação e em Matemática

Valença – BA

2018

ADEILTON MARCELINO DA CRUZ

As políticas públicas de Permanência existentes no IFBA – *Campus* Valença e suas contribuições para a formação dos alunos nos cursos de Licenciatura em Computação e em Matemática

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Banca Examinadora do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Bahia para a obtenção do título de graduação, sob a orientação da Prof. Ms. Eliete da Silva Barros.

Valença – BA

2018

ADEILTON MARCELINO DA CRUZ

As políticas públicas de Permanência existentes no IFBA – *Campus* Valença e suas contribuições para a formação dos alunos nos cursos de Licenciatura em Computação e em Matemática

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura em Computação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, *Campus* Valença, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Computação.

Monografia aprovada em ___/___/____.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Msc. Eliete da Silva Barros (Orientadora)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA/Valença-Ba

_____

Profa. Msc. Ava da Silva Carvalho

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA/Valença-Ba

_____

Prof. Esp. Margeylson Ribeiro Graça

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA/Valença-Ba

Cada um terá a vista da montanha que subir.

Icaro Fonseca

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar, pois é quem permite que eu possa levantar todos os dias para escrever mais um capítulo de minha vida;

Aos familiares, pelo incentivo aos estudos. Em especial à minha queridíssima mãe, **D. Marcela**, pelo incessante incentivo e apoio nessa caminhada;

Ao amor da minha vida, minha namorada **Karla Kristinne**, por estar ao meu lado nessa trajetória, me apoiando, me incentivando e com quem eu pude compartilhar os momentos de angústias e de vitórias dessa caminhada;

À orientadora, professora mestra **Eliete da Silva Barros**, por acreditar no meu potencial, por acreditar na possibilidade deste trabalho, e também por toda dedicação, entrega e orientação realizada;

Aos professores do Curso de Licenciatura em Computação do IFBA Valença, pelas contribuições essenciais para minha formação e por ter dado um grande estímulo para que eu continuasse a buscar conhecimentos para além da graduação. Meus agradecimentos a **Gilson Antunes**, que contribuiu com sinalizações e correções para melhorar a estrutura do trabalho e o incentivo na busca pelo conhecimento;

Aos amigos, que viram minhas lutas e que, de alguma forma, me incentivaram a galgar mais um degrau nessa vida, e às amizades que conquistei ao longo dessa jornada e que contribuíram para o meu crescimento tanto pessoal quanto acadêmico;

E aos alunos dos cursos de Computação e Matemática que contribuíram para que esta pesquisa fosse realizada com sucesso;

A todos, que de alguma forma contribuíram para que hoje eu pudesse alcançar mais esse objetivo em minha vida, o meu muito obrigado.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 8

2. COMPREENDER O QUE SÃO POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR 13

2.1 DEFININDO POLÍTICAS PÚBLICAS **..... 14**

3. ANALISAR DADOS ELENCADOS PELOS ALUNOS SOBRE COMO AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA OS AJUDAM A PERMANECER NO CURSO 19

3.1 DADOS OBTIDOS DIRETAMENTE DAS ENTREVISTAS COM OS ESTUDANTES DOS CURSOS SUPERIORES DA INSTITUIÇÃO **..... 20**

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 28

5. REFERÊNCIAS 30

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade apresentar os resultados encontrados após a busca de respostas sobre quais as contribuições que as políticas públicas de permanência trazem para a formação dos graduandos nos cursos superiores do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Bahia, (IFBA) – Campus Valença. Junto ao corpo discente da instituição foram lançadas algumas perguntas com o intuito de compreender se o papel exercido por essas políticas traz alguma relevância ao seu percurso na universidade. Para obter os dados, utilizou-se o método de pesquisa qualitativa através de entrevistas semi-estruradas. A fim de identificar quais contribuições as políticas públicas de permanência trazem aos alunos dos cursos superiores do Instituto, buscou-se primeiro compreender o que são políticas de permanência em cursos de nível superior para, em seguida, analisar os dados elencados pelos alunos sobre como as políticas de permanência os ajudam a permanecer no curso. Com isso a pesquisa chega a essas considerações, como essas políticas de permanência contribuem para a formação desses alunos que, através dessas políticas, puderam dar continuidade aos seus estudos dentro da instituição, tiveram como custear o acesso a seminários e congressos fora da instituição e obtiveram apoio para os gastos com moradia, transportes e as apostilas das disciplinas.

Palavras-Chave: Política. Permanência. IFBA.

ABSTRACT

This paper aims to present results after the search for answers about the contributions that the public policies of permanence bring to the training of the graduates in the upper courses of the IFBA - Valença Campus. Together with the student body of the institution, some questions were raised in order to understand if the role played by these policies brings some relevance to their course in the university. To obtain the data, the qualitative research method was used through semi-structured interviews. In order to identify which contributions the public policies of permanence bring to the students of the higher courses of the Institute, we first sought to understand what are policies of permanence in courses of superior level to then analyze the data listed by the students on how the stay policies help them stay on course. This concludes that these policies of permanence contribute to the formation of these students. Where the same, through these policies were able to continue the studies within the institution, they had to pay for access to seminars and congresses outside the institution and not counting the expenses with housing, transportation and the handouts of the disciplines.

Keywords: Politics. Permanence. IFBA.

1 INTRODUÇÃO

Na década de 90, por meio de um plano de expansão do Ensino Técnico, houve a implantação da Unidade de Ensino de Valença, do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia, criada por meio da Lei 8.670, de 30 de julho de 1993, inaugurada em dezembro de 1994, cujas formações iniciais eram os Cursos Técnicos de Pesca e Construção Naval.

Em 2001, o *campus* Valença criou os cursos Técnicos em Informática, Aquicultura, Turismo e Hospitalidade e, desde 2006, oferece cursos na nova modalidade — integrada de Informática e Turismo e, em 2008, os cursos nas modalidades PROEJA em Informática, Aquicultura, Turismo e Hospedagem e Informática. Oferece ainda em 2008, os cursos Subsequentes de Informática e Aquicultura. Já em 2009, foram abertos os cursos superiores de Licenciatura em Computação e Licenciatura em Matemática no *campus*.

Desde a criação dos Cursos de Licenciatura em Computação e Matemática no campus Valença, o IFBA vem contribuindo para o desenvolvimento de toda a região, aumentando o número de vagas no ensino superior, investindo em iniciativas voltadas para a formação inicial e continuada de professores, bem como minimizando o déficit de professores de Computação e Matemática nesta região do Estado da Bahia.

O IFBA Campus Valença se insere no âmbito das políticas públicas em Educação que foram implementadas no País. O Instituto tem a incumbência de solucionar distorções locais na oferta de profissionais na Educação Básica e no ensino fundamental, sanando problemas provenientes da ausência de formação em nível superior de ensino, principalmente no âmbito das Licenciaturas. Está claro que o IFBA (Valença) vem contribuindo para o desenvolvimento da educação na cidade e região, com a formação de profissionais na área, ressaltando que o Instituto cumpre o seu papel, que é a formação inicial e continuada de professores.

Ingressar em uma instituição de nível superior está cada vez mais fácil desde 2008 com a criação de políticas públicas de permanência no âmbito educacional. Há algumas décadas, a educação superior não era tão acessível a todos que concluíam o ensino médio e tinham o desejo de seguir com sua formação. Embora, acesso

tenha sido garantido, de algum modo, com o plano de democratização de acesso ao ensino superior, ainda sim temos grandes problemas quanto ao estudante manter seus propósitos a partir do momento que tem acesso às universidades. É perceptível que o acesso à educação superior vem melhorando com o passar do tempo, porém a sua permanência nela não segue os mesmos avanços. Manter-se na graduação ainda assim, infelizmente não é para todos os estudantes, que por vezes vêm de realidades distintas, classes sociais diferentes e principalmente para os que vêm de famílias de baixa renda que necessitam de apoio para que sua trajetória não se desfaça logo no começo dos estudos. Para isso, o governo criou mecanismos para que esses graduandos pudessem dar continuidade a seus estudos.

Esses mecanismos chamados de Políticas públicas de permanência têm contribuído de forma significativa para que pessoas que antes só conseguiam chegar ao ensino médio, não por falta de vontade em cursar uma faculdade, possam permanecer no curso após terem ingressado no âmbito do ensino superior.

A presente pesquisa busca elucidar alguns questionamentos elaborados pelo pesquisador durante sua trajetória na graduação. São eles: por que alguns alunos permanecem na graduação até o final de seu curso, já que a maioria de seus colegas evade? O que os motivam a permanecer? Existe algum tipo de política que os ajudam?

Sabemos, que as políticas de permanência criadas pelo governo têm como objetivo dar oportunidade de igualdade a pessoas de diferentes classes sociais, principalmente àquelas consideradas de vulnerabilidade socioeconômica, permitindo que elas tenham acesso e permaneçam em instituições de ensino superior até a conclusão de seus cursos.

A permanência nas instituições de ensino superior é fator que passa despercebido por aparentemente ser algo que salta aos olhos como evento normal e corriqueiro. No entanto, há uma grande problematização por trás de todo esse caminho que é o de permanecer no ensino superior e, principalmente, custear os gastos gerados durante o processo de formação.

Analisando como deve se dar esse processo e qual o seu percurso nas instituições de ensino superior, chegamos a alguns questionamentos, os quais já foram citados anteriormente e que estes servem de base para os objetivos deste trabalho.

Embora seja uma medida do governo com boa iniciativa e para dar oportunidade àquelas pessoas consideradas em vulnerabilidade social e financeira, as políticas públicas de permanência ainda se encontram longe de atender a todos que realmente delas necessitam. Durante o percurso na graduação, foi possível conviver com pessoas de diferentes lugares e pensamentos e conhecer um pouco da história de alguns dos que ingressaram no curso. Porém, com o passar dos semestres, alguns foram ficando pelo caminho, alguns obrigatoriamente tiveram outras prioridades que infelizmente não mais era a carreira acadêmica. Diante desse cenário, foram surgindo comentários dos “porquês” dessas pessoas abandonarem o curso. Alguns moravam em outra cidade, outros não conciliavam trabalho e estudos e em meio a tudo isso iniciam-se os questionamentos sobre qual o real papel das políticas de permanência e o grau de sua eficácia em relação aos estudantes universitários.

Embora algumas pessoas vejam como um tema sem relevância, ter acesso às universidades e ter subsídios para que cada estudante nela possa permanecer pelo tempo necessário à sua formação e respeitando as normas acadêmicas, deve-se discutir cada vez mais políticas de permanência que não só garantam o acesso e a permanência de universitários, como também venham garantir participações em atividades que possam engrandecer o seu currículo acadêmico como participações em pesquisa e extensão, workshops e seminários fora de suas localidades.

Uma das melhores formas de se obter resultados para uma pesquisa de um determinado tema é inserir-se no ambiente em que as coisas ocorrem ou ouvir quem utiliza do processo para daí formular os resultados dos dados obtidos. Foi baseado em depoimentos dos discentes dos cursos de Licenciatura em Computação e Matemática do IFBA-*Campus* Valença, que se utilizam das políticas públicas de permanência, que foi elaborada a pesquisa. Uma vez que os resultados não são previsíveis por serem respostas de pessoas com experiências de vida e opiniões diferentes, optamos pela pesquisa qualitativa na forma de entrevista, para Minayo,

> a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p.22).

Desse modo, descreveremos o produto que obtivemos ao nos lançar nessa investigação. Tomando por base autores como Minayo (2001), que nos esclarece como deve ser dirigida uma entrevista referindo-se a temas como o de nossa pesquisa, Souza (2013), que comenta o significado da palavra política a partir de seu ponto de vista e Sarkis (2004), dando-nos sua contribuição em relação aos temas que envolvem acesso e permanência garantindo a correlação com o paradigma da igualdade, deixando claro que só as gratuidades da matrícula e da mensalidade não garantem a sua permanência.

A presente pesquisa foi desenvolvida em forma de entrevista, caracterizando-se como pesquisa qualitativa, pois foi baseada na busca de informações e pesquisa de campo, em busca de respostas para dar base e suporte as inquietações.

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas, nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. Segundo Minayo,

> A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1995, p. 21-2)

O público alvo desta pesquisa foram os discentes dos cursos de Licenciatura em Computação e Licenciatura em Matemática da instituição, estes alunos encontram-se matriculados entre o segundo e o sétimo semestre dos dois cursos.

> Com a entrevista o pesquisador busca conseguir por meio da conversação, dados que possam ser utilizados em análise qualitativa, ou seja, os aspectos considerados mais relevantes de um problema de pesquisa. BARROS; LEHFELD (2010. p.108)

Para atingir os objetivos, o trabalho será dividido em dois capítulos. No primeiro, conceituamos etimologicamente algumas palavras e esclarecemos como se dá o processo de políticas públicas nas instituições públicas de curso superior em nosso país. Usamos como aporte teórico alguns autores cujas pesquisas servem de base para enriquecer o nosso trabalho, como, por exemplo, Reis e Tenório, (2009);

Negt e Kluge (1999); Moreira (2004); e Souza, (2003), estes são alguns dos autores nos quais nos baseamos para que pudéssemos dar sustentação aos os fatos encontrados durante nossa pesquisa.

Já no segundo capítulo, analisamos dados elencados pelos alunos sobre como as políticas de permanência os ajudam a permanecer em seus cursos, trazendo os resultados da pesquisa de campo que foi feita com as pessoas que se enquadram nesse ambiente, discutindo esses resultados e fortalecendo novamente com autores que, em algum momento, em seus estudos se voltaram a investigar situações idênticas ou equivalentes em algum lugar do nosso país.

Os autores utilizados como aporte teórico para sustentar a nossa pesquisa foram: Minayo (2001), Souza (2003), Sarkis (2004),Barros e Lehfeld (2010), Negt e Kluge (1999), com o intuito de esclarecer à comunidade acadêmica, o que são e para que servem as políticas públicas de permanência e ao mesmo tempo atender aos anseios do autor da presente pesquisa, foi lançada a ideia de investigar a finalidade do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE) no IFBA - *Campus* Valença e quem são os seus beneficiados. Dessa forma, esclareceremos o objetivo geral de nossa pesquisa que é identificar quais contribuições as políticas de permanência trazem aos alunos dos cursos de Licenciatura em Computação e Licenciatura em Matemática do Instituto Federal da Bahia - *Campus* Valença. Em paralelo a isso, esclareceremos também os objetivos específicos que são: compreender o que são políticas de permanência em cursos de nível superior e analisar os dados elencados pelos alunos sobre como as políticas de permanência os ajudam a permanecer nos cursos.

Isto posto, daremos por satisfatória a nossa investigação e acreditando ter envidado todos os esforços para que a comunidade do IFBA Valença tenha compreendido um pouco de quão importante é o papel dessas políticas nessa instituição.

2 COMPREENDER O QUE SÃO POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR

Diante do título posto, não poderíamos nos debruçar sobre o referido assunto sem antes definir ou deixar claras essas duas palavras, que são: *política e permanência*. A palavra política tem sua origem grega e é derivada de *Politikos*, que significa “relativo ao cidadão ou ao estado”. E que, por sua vez, tinha sua origem em *Polites*, que em grego significa “cidadão”.

> O conceito de política foi trabalhado por diversos autores, de diversas visões e vivências. Nascido da palavra grega *polis*, que significa cidade, o vocábulo política significaria “pôr-se em atividade” em busca de um bem coletivo (NEGT; E KLUGE, 1999, p.56).

Segundo Negt e Kluge (1999), existem dois lados para a política: um que seria a política formada por governo e governantes, em que se pode constatar algo mais formal e envolvendo todo aquele processo eleitoral e figuras públicas que, em tese, devem tratar de funções voltadas para o povo; do outro lado, seria a política mais humana, aquela política que se interioriza dentro do ser, dentro do homem, aquela na qual só pode ser expressa através de palavras e que não é algo concreto ou até mesmo físico, é algo mais voltado para o campo filosófico. Enfim, o que podemos entender é que existe a política para o bem do povo e existe a política expressada por meio da filosofia de pensamento. Para Negt e Kluge (1999, p.55).

> *Polis* significava a cidade enquanto Estado, mas também democracia e pátria, das quais o cidadão se sentia parte integrante e nas quais projetava um ideal de si mesmo. *Politea* significava direito do cidadão, mas também, de vida e de comportamento do cidadão no Estado. Quaisquer que sejam as variantes de que se tenha derivado o radical de politeuo (pôr-se em atividade) – administrar o Estado, comporta-se como cidadão -, ele aponta para duas direções: para um agir público e para um estado de coletividade, concebido como norma, que é a essência do bem supremo.

Já a palavra permanência tem sua origem do latim Medieval Permanent(i)a – que traduzindo para o português significa 1. Ato de permanecer – 2. estado, condição, ou qualidade de permanente, constância, continuidade e firmeza.

> São muitos os estudos na área das relações raciais, cotas e ações afirmativas, mas pouco se tem discutido e/ou escrito sobre permanência e isso torna este trabalho um tanto mais difícil, assim precisamos buscar

> inicialmente a etimologia da palavra e encontramos que o substantivo permanência, deriva do latim *permanentia* e se constitui no ato de permanecer, significa, portanto, perseverança, constância, continuidade. (REIS E TENÓRIO, 2009, p. 03).

Desse modo, entendemos que política de permanência vem da ação do povo em permanecer e/ou dar continuidade a uma determinada ação. Trazendo para o âmbito acadêmico, permanecer significa, estar presente, ser notado, participar e fazer-se participar das ações que ali acontecem. Moreira (2004 p.70) diz,

> que abrir espaços para refletir sobre as barreiras sejam arquitetônicas, sejam atitudinais, sejam ainda materiais é uma forma de romper com o imobilismo e apresentar caminhos mais inclusivos e justos na universidade.

Sendo assim, quando ações como essas ocorrem, estamos criando meios que garantem a permanência dos discentes na vida acadêmica. É importante salientar que, o estudo das categorias ‘acesso’ e ‘permanência’ se relacionam ao paradigma da igualdade, uma vez que a “gratuidade da matrícula e mensalidade não é suficiente para garantir o acesso físico e a manutenção do estudante junto à universidade” (SARKIS, 2004, p. 97).

Entendendo de forma sucinta conceito de política e deixando claro de onde partimos para falar de permanência, o próximo passo é entender as políticas públicas.

2.1 DEFININDO POLÍTICAS PÚBLICAS

Existem alguns autores que definem políticas públicas de maneira sucinta e bem clara. No entanto, devemos nos atentar, pois existem inúmeras definições e nem sempre se terá uma melhor definição. Mead (1995) define-as como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Já Lynn (1980), define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos Mead e Lynn *apud* (SOUZA, 2006, p. 24).

Souza (2003), afirma em seu dossiê que se pode, então, resumir o que seja política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é

aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças desejadas no mundo real.

O Estado tem autonomia para desenvolver e implementar políticas públicas, porém a sociedade deve fazer parte desse processo de desenvolvimento, uma vez que as políticas sãs criadas para atender a sociedade.

> Sociedades e Estados complexos, no processo de definição de políticas públicas, estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma "autonomia relativa do Estado", que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas (EVANS, RUESCHMEYER E SKOCPOL, 1985,*apud* SOUZA 2003, p.14).

Mesmo sendo algo voltado totalmente para a sociedade, as políticas públicas, quando de sua implementação, sofrem influências de outros governos ou de outras instituições.

> A política privatizadora dos governos Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002) resultou na ampliação da oferta de vagas nas instituições privadas e na restrição das verbas para o financiamento da universidade pública. Essa política se enquadra na orientação do Banco Mundial, que prioriza a alocação das verbas públicas federais para o ensino básico, embora a Constituição Brasileira estabeleça que é de responsabilidade da União o ensino superior, cabendo o ensino médio aos Estados da Federação e o ensino básico aos Municípios. (LUCCHESI, 2007, p. 524)

As políticas públicas são conhecidas como mecanismos para inserir aquelas pessoas que por vias próprias não têm como ingressar ou se manter em instituições de ensino até a sua conclusão, sendo por falta de transporte, sendo por falta de verbas para financiar suas estadias em cidades fora de seu convívio familiar, e também por não conseguir custear com seus materiais de estudos que, dependendo do curso escolhido, são muito caros.

Segundo Carmo, al. (2015), as políticas públicas são medidas sociais que acompanham, em certo momento apropriado, as demandas da população e as decisões de governo, e quaisquer que sejam essas políticas sociais, como afirma Vieira (2004), elas nunca estão apartadas da sociedade, da democracia, da economia, precisando ser compreendidas em sua totalidade e dentro de uma dada realidade.

Segundo Souza (2006), as políticas públicas, depois de desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são submetidas a

sistemas de acompanhamento e avaliação. Como política de permanência, o governo se apropria de estratégias tais como ampliar o acesso às instituições, com implementação de bolsas e financiamentos para manterem os alunos em instituições de nível superior até o fim do ciclo “normal” da graduação.

As políticas públicas de permanência começaram a serem discutidas e estudadas no Brasil a partir do final da década de 90 para os anos 2000, e com elas veio a implementação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que inicialmente tinha como função apenas medir o desempenho dos estudantes que estavam finalizando o Ensino Médio.

Políticas de permanência em cursos superiores são as criações de condições para que o discente possa dar prosseguimento ou ampliar suas atividades acadêmicas e venham a concluí-las com êxito.

> A ênfase na categoria permanência na educação superior ocorre no Brasil após a expansão significativa de cursos e instituições nos anos 1990 na esfera privada e mediante a instauração de políticas públicas voltadas à expansão da educação superior nas instituições públicas, a partir dos anos 2000 (ARAÚJO, 2013, p. 01).

Existem no Brasil alguns tipos de políticas de permanência que, como dito anteriormente, tiveram seu crescimento após os anos de 2000 e, dessa forma, vamos pontuar algumas abaixo para ratificar a importância dessas políticas para os alunos que vêm da rede pública de educação básica, ou seja, aqueles que são considerados de baixa renda.

“A expansão da educação superior conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior”. (REUNI, 2007).

“O Programa Universidade para Todos - Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais, de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004, institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa”. (PROUNI, 2004)

“O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das

instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão". (PNAES, 2008)

"Em linhas gerais, o Programa de Bolsa Permanência – PBP é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas". (PBP, 2013)

Esses são alguns dos programas de políticas de permanência que temos em nosso país e que desde sua criação vem tentando fazer a diferença para aqueles que precisam se manter em cursos superiores até decorrido todo o seu período, e não tem como dispor de verbas para tais fins.

Para Sarkis (2004), o fato de se ter isenção em matrículas e mensalidades nas instituições de ensino superiores, não garante a permanência desses alunos até o fim daquele ciclo acadêmico. Concordando com ele, Primão também expressa suas ideias:

> No que se refere às políticas de permanência instituídas, podemos observar que tanto o Estado, por meio dos seus programas específicos, quanto às pesquisas realizadas no tocante à permanência, estão centradas na realidade dos estudantes carentes, expressando-se na defesa de uma assistência quase exclusivamente financeira, como se esse fosse o único fator ameaçador do discente em seu trajeto universitário. Entretanto, apesar de essencial a esse público, entendemos que a vivência do conjunto da dinâmica acadêmica, que possa oportunizar a participação em ações qualificadoras do ensino, sejam elas ligadas a qualquer dos três eixos sustentadores da universidade (ensino, pesquisa e extensão), são de grande valia para que o acadêmico se fixe nesse espaço (PRIMÃO, 2015, p. 55).

Logo, percebemos nas pontuações dos autores supracitados que as políticas assistência financeiras têm uma importância muito grande, porém deve-se ficar atento que não só a questão financeira servirá para que o discente faça seu caminho na graduação com êxito. É preciso um pouco mais além da assistência financeira, o aluno precisa ter o convívio com situações extraclasse, como por exemplo, um professor incentivador que o torne ou pelo menos crie nele o desejo da pesquisa.

> Diante de tantos elementos que podem influenciar no sucesso da trajetória acadêmica até a conclusão do curso ou levar o estudante a abandoná-lo, os estudantes com perfil de vulnerabilidade socioeconômica dependem da

> assistência estudantil ou de algum apoio mediante programas que gere renda, a exemplo do PIBIC, PIBID e outros. Percebe-se a necessidade de programas que deem sustentação a permanência do estudante em seu curso, com o Estado assumindo a responsabilidade em parceria com as instituições de educação superior. (NUNES, VELOSO, 2016, p.60)

Refletindo sobre esses posicionamentos, entende-se que as políticas de permanência instituídas nas universidades, quando agregadas a projetos que, de alguma forma, envolvam seus alunos na graduação geram resultados cada vez mais, as chances de eles abandonarem seus cursos são diminuídas, pois essas circunstâncias fazem com que se sintam parte da academia e não meros espectadores.

Em sua origem, as proposições das políticas de permanência apontam para duas fases distintas. A primeira, mais voltada para questões assistencialistas, que compreende desde a criação da casa do estudante até o período da redemocratização, caracterizado por ações pontuais e com escassez de recursos. Já a segunda, aponta para ações de desenvolvimento integral do estudante, buscando oferecer políticas de assistência, mas também de cunho cognitivo e cultural. Essa última fase corresponde ao período de criação da Constituição Federal de 1988 e se entende até os dias atuais (COSTA, 2010).

> As políticas de inclusão visam promover pessoas que pertençam a grupos reconhecidamente em situação histórica de desvantagem. Neste sentido, na maioria dos casos, os programas buscam conjugar mais de um critério quanto aos sujeitos de direito da ação afirmativa. O sistema se torna mais democrático, contudo, a condição econômica dos alunos exige que a universidade tenha que conferir os chamados “atestados de hipossuficiência” além de, posteriormente, adotar amplos programas de permanência para permitir que esse aluno possa concluir o curso com um bom aproveitamento (HERINGER, 2012, p. 05).

Heringer (2012) propõe que as políticas de permanência atuem para garantir que discentes com certo grau de desvantagem historicamente financeira possam ingressar nas academias e nelas permanecerem pelo tempo necessário às suas formações.

3 COMO AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA CONTRIBUEM PARA A FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES?

Essa pesquisa tem como objetivo mostrar o quanto as políticas de permanência são importantes para manter os alunos em instituições de curso superior, mais precisamente no Instituto Federal da Bahia – *Campus* Valença, a partir do discurso dos discentes inseridos nessas políticas. Salientamos que o cenário atual em que vive a sociedade, com a falta de emprego de onde tiram os recursos para custear suas despesas, está claro o quanto essas políticas contribuem para que o aluno possa ter o acesso, permanecer e concluir seu curso logrando êxito ao final dessa trajetória acadêmica.

Os dados apresentados neste trabalho foram coletados em entrevistas com os alunos matriculados nos cursos de Licenciatura em Computação e em Matemática, no semestre de 2017.2, vigente no ano de 2018. Foram entrevistados 12 (doze) alunos, de um total de 42 (quarenta e dois) que recebem pelos menos algum tipo de auxílio constante das políticas de permanência voltadas aos cursos superiores existentes na instituição. Infelizmente, 26 (vinte e seis) alunos do total citado anteriormente não responderam ao convite para a entrevista; alguns alegaram não participar por motivos pessoais; outros não quiseram responder, já os outros 4 (quatros) restantes, não conseguimos entrar em contato no período da entrevista. Assim sendo, prosseguimos e acreditemos ser o suficiente para a nossa pesquisa os dados coletados com aqueles que se disponibilizaram.

Para dar sustentação a este trabalho, foi feita uma pesquisa de abordagem qualitativa na forma de entrevista, tendo em vista que os entrevistados se sentiriam mais à vontade para responder as questões em forma de “conversa/entrevista”, pois, como afirma Gil (1999), a entrevista oferece uma flexibilidade bem maior, uma vez que o entrevistador pode esclarecer alguns significados de suas perguntas e em tempos adaptar-se às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolvem as entrevistas.

> A Entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta com fonte de informação. (GIL, 1999. p. 113)

E nesta fase coletamos os dados para fundamentar esta pesquisa. Ainda segundo Gil (1999), vários profissionais da área de ciências humanas se utilizam desse recurso para não somente buscar informações ou coletar dados, mas também com o intuito de orientar e dar um diagnóstico para algum problema.

3.1 DADOS OBTIDOS DIRETAMENTE DAS ENTREVISTAS COM OS ESTUDANTES DOS CURSOS SUPERIORES DA INSTITUIÇÃO

A seguir são descritas informações que foram fornecidas pelos discentes que fazem parte do grupo de alunos que recebem algum tipo de assistência oriunda de alguma política de permanência existente na instituição, vigente no semestre 2017.2, que está em vigor no período de fevereiro a julho de 2018, e que foram solicitados a responderem algumas perguntas. O acesso aos alunos contemplados pelas políticas de permanência foi possibilitado pelo setor Psicossocial, responsável pela seleção dos alunos para fazerem parte do programa. Esse acesso se deu após envio de memorando ao chefe do setor, explicando o teor da pesquisa e assegurando lisura na análise das informações.

Diante da solicitação acima citada, aproveitamos e consultamos sobre quais as políticas públicas de permanência existem no IFBA Valença. A diretora geral durante o período da investigação, Alba Rogéria, nos informa que até o presente momento a principal política de permanência existente na instituição é o PAAE - Programa de Assistência e Apoio ao Estudante, que teve sua criação baseada no Programa Nacional Assistência Estudantil – PNAES. Esse programa, por sua vez, é divido em bolsas e auxílios, e os alunos que se encaixam no perfil do programa, seguindo a risca uma lista de características específicas, podem se inscrever através do edital que é divulgado no próprio *site* da instituição.

Abaixo listaremos algumas das bolsas e auxílios que compõe o PAAE, segundo o edital PAAE de 2017.2, que se encontra disponível on-line na página do Instituto, são eles:

1. “Auxílio Transporte: tem como objetivo disponibilizar auxílio financeiro para contribuir com custeio do deslocamento do estudante no trajeto domicílio – IFBA. O valor do auxílio transporte intermunicipal é de 30% do salário mínimo

vigente, enquanto o auxílio transporte municipal é de 20% do salário mínimo". (EDITAL PAAE, 2017.2)

2. "Auxílio Moradia: tem como objetivo assegurar auxílio financeiro para contribuir com despesas mensais referentes à moradia do estudante. Terão direito a esse auxílio os estudantes oriundos de outros municípios, prioritariamente, ou estudantes residentes no município onde está localizado o Campus e em situação de risco social. O valor varia até ½ salário mínimo". (EDITAL PAAE, 2017.2)

3. "Auxílio Alimentação: visa oferecer ao/à estudante o direito a almoçar de segunda a sexta no refeitório do campus e pode ser cumulativo com os demais". (EDITAL PAAE, 2017.2)

4. "Bolsa de Estudo: tem como objetivo conceder bolsa de estudo com vistas a contribuir para um melhor desenvolvimento das atividades acadêmicas do estudante. O valor dessa bolsa é de ½ salário mínimo". (EDITAL PAAE, 2017.2).

Esses são os auxílios e bolsas que juntos constituem a principal política de permanência da Instituição e os alunos devidamente matriculados, que se enquadrarem no perfil exigido, podem se candidatar a algum deles efetuando sua inscrição pelo site e posteriormente entregando os documentos necessários para concorrer no processo.

Com base nos relatos desses alunos sobre as políticas de permanência que existe na instituição, podemos perceber que essas ações são de grande importância para que eles possam dar continuidade ao curso e que posteriormente venham a concluí-lo com eficiência.

Partindo do ponto de vista do aluno 01, estudante do curso de Computação e que se descreve estando em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e que está inserido nas políticas públicas de permanência desde seu início na graduação e atualmente vem recebendo o auxílio transporte municipal, declara que já teria abandonado o curso caso não estivesse conseguido nenhum tipo de auxílio, pois mora longe da instituição, não tem como pagar transporte e que, muito menos, teria como custear as despesas, como, por exemplo, pagar as cópias das inúmeras apostilas das disciplinas de "humanas" que existem na matriz curricular.

> As políticas de acesso e permanência têm crescido significativamente desde 2007 quando o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES surgiu frente a necessidade de evitar não apenas a evasão, mas também a retenção excessiva nos cursos de graduação. O propósito destas políticas está relacionado a aplicação de recurso e ampliação de acesso às Universidades, considerando-se o direito de todos os cidadãos e não apenas das classes elitizadas, como era considerado o ensino superior até poucos anos atrás. (DYTZ, SCHRIMER E ROSA, 2010, p. 14).

Ainda sob a visão do aluno 01[1], o processo para aquisição do programa até que tem uma ideia boa, pois é um processo seletivo que visa a isonomia, ou seja, todos têm o mesmo direito, porém nas fases seguintes se torna muito cansativo e desestimulante para eles, uma vez que em todo o processo que, na teoria, é para acontecer duas vezes por ano, eles têm que entregar a mesma "pilha" de documentos que ao final do processo não são devolvidos e posteriormente à publicação do resultado ainda existe mais uma fase e a entrega de mais documentos comprobatórios para, enfim, o graduando passar a receber o auxílio a que tem direito.

Todos os entrevistados dessa pesquisa seguiram a mesma linha de raciocínio quando perguntados sobre o processo para aquisição dessas políticas de permanência. Eles foram firmes em suas respostas, concordando que tem que haver um processo seletivo mesmo, para dar igualdade e transparência a todos, mas que esse processo deve acontecer de forma menos exaustiva. Assim, afirma o aluno 04:

> O processo é cansativo e vem a levar até a desistência de alguns alunos, por esse motivo e pelo fato de ser além de cansativo demorado demais. Pedem muita documentação de familiares que moram conosco, e além de ser bem burocrático toda vez que abre seleção tem que se fazer tudo novamente, daí então temos que organizar outra vez tudo novamente.

Seguindo o mesmo pensamento, o aluno 05 também informa que o processo se dá com,

> Inscrição on-line, organizar uma quantidade de documentação pessoal, de dependentes e das pessoas que moram na mesma casa, entregar toda a documentação junto com os originais para conferência, aguardar a conferência e logo após a convocação para a entrevista e posteriormente a publicação, aguardar o prazo do recurso, depois se selecionado entregar os documentos necessários para a inclusão do nome na lista e posteriormente esperar para receber os proventos em conta. Sei que isso tudo tem que ser

[1] Os alunos que colaboraram com a presente pesquisa, solicitaram que não fossem identificados, sendo assim iremos trata-los por alunos seguidos de um número na ordem de entrevista.

> feito, porém é um processo muito demorado e cansativo para nós que necessitamos do resultado com urgência, às vezes aguardamos todo esse tempo para ao final de todo o processo ainda correr o risco de não receber o auxílio.

Comungando da mesma ideia o aluno 12 ressalta:

> Muito demorado. Começa com a divulgação do edital e tem a pré-seleção e nessa etapa é requerido todos os documentos de todos os moradores da residência onde você mora. Depois acontece mais uma entrevista marcada pela assistente social para verificar as informações cedidas anteriormente. Depois um período acontece a divulgação do resultado e somos chamados para entregar mais alguns documentos junto com os dados bancários e pronto, passamos a receber o auxilio por determinado período. Todo o processo acaba sendo muito desgastante, acredito que não só para nós como para a assistente social também que tem que fazer esse processo com toda a instituição.

Diante dos depoimentos dos discentes contemplados com os auxílios, fica clara a insatisfação trazida por eles com a forma pela qual se dá a entrega dos documentos durante o processo. Ressaltaram também que o processo deveria ser desenvolvido no tempo hábil para que os auxílios fossem disponibilizados aos discentes junto ao início de cada semestre. Associaram que talvez a demora nos resultados seja pelo fato de só haver um servidor responsável pela condução do processo de toda a instituição. Acreditam que se fossem separados os processos do ensino médio e os do superior, e houvesse mais servidores direcionados a esse procedimento, os resultados sairiam com mais brevidade.

Quando perguntado a estes mesmos alunos em que medida ser beneficiado pelo programa os ajudou a permanecer na instituição, o aluno 01 responde enfática e ligeiramente, “é por causa dele que eu ainda permaneço até hoje no curso, pois não teria chegado até aqui sem essa ajuda que foi de grande valia para que eu completasse os quase 90% (noventa por cento) deste curso”.

O aluno 09 cita que,

> Ajuda muito, pois tenho aulas aos sábados que é principalmente os dias em que as passagens são mais caras e não temos transporte da prefeitura nesse dia, sendo assim temos que pagar preços elevados para estarmos aqui aos sábados. Então se não houvesse um auxílio transporte que é o meu caso, por exemplo, eu iria ficar com faltas nas disciplinas que são ministradas nesse dia.

Já o aluno 12 que recebera, por um período anterior a este semestre, uma bolsa permanência (que é diferente do auxílio transporte) nos informa:

> Na época, eu estava grávida e não estava trabalhando, então dependia totalmente dos meus pais, que já tinham seus gastos e então essa política veio em boa hora e para suprir uma parte dessas despesas que eu tinha, fiquei recebendo por um semestre a bolsa permanência, não é um valor exorbitante, mas dava para suprir algumas necessidades, por exemplo, já era uma parte do aluguel.

O aluno 05, que também foi contemplado com um desses auxílios dessa política de permanência, declara vê-la com bons olhos, ressaltando que se no momento vier a faltar, vai lhe deixar sem muitas opções.

> Me ajuda porque eu venho de uma família de baixa renda, moro em outra cidade e então fica muito difícil custear os gastos com transporte, xerox das apostilas e outras atividades que demandam o gasto de dinheiro. Então por esses motivos acredito muito que se não houvesse adquirido esse auxílio seria um pouco difícil ainda estar aqui cursando essa faculdade.

Para Alberti (2008), temos um desafio muito grande e que não é sanado simplesmente com o ingresso dos estudantes em instituições de nível superior, mas sim com uma política que os ampare e lhes dê condições não só de permanecer, como também os façam a aprender e agregar valores aos conhecimentos adquiridos.

> O desafio não é somente o de introduzir mais alunos no ensino superior, mas também se faz necessário potencializar ações ao conjunto de transformações em que isso implica, assegurando para que as transformações sejam geradoras de aprendizagem, oportunidades e inclusão. [...] Estar na Universidade já é uma grande conquista para o aluno, e por isso, a educação precisa fazer a diferença na vida profissional dos sujeitos atuantes nela (ALBERTI, 2008, p. 116).

Sendo questionado se considera importante as políticas de Permanência existentes na Instituição, o aluno 01 novamente responde firme e sem hesitar: “Com certeza, com certeza, pois existem colegas meus que assim como eu colocam toda a sua esperança nessas políticas e se desdobram de todas as maneiras para poder ter acesso a elas e continuarem dando vidas aos seus sonhos”.

Seguindo a mesma linha de pensamento o aluno 02, enfatiza, “com certeza, e como o próprio nome já diz, Políticas de permanência ajudam e muito na permanência do aluno em todos os sentidos, seja ela qual for, a política nos favorecem bastante, e não importa se é auxílio xerox ou auxílio transporte, cada uma tem um papel fundamental na vida de nós alunos”.

O aluno 06 também deixa claro que as políticas de permanência fizeram diferença em sua vida,

> Me ajudou bastante, principalmente por eu estar sem trabalhar e necessitando de pagar as contas e pagar também os gastos com a faculdade que no meu caso estava morando aqui na cidade e de aluguel e por isso passei a receber a bolsa permanência. Reafirmo que essas políticas fazem muita diferença na vida de nós que somos de comunidades pobres.

Também com visão parecida dos demais, o aluno 12 deixa a sua opinião favorável às políticas de permanência,

> A ajuda é sem igual, eu diria que numa escala de zero a dez, ajuda entre oito e nove. E é de bom grado. Pois pra mim mesmo que sou de outra cidade e querendo ou não, eu trabalho, mesmo que informalmente, mas se não fosse esses auxílios dificilmente estaria ainda com o mesmo ritmo.

Com todos os depoimentos de cada entrevista, fica cada vez mais explícito que para esses alunos, se não fossem as políticas de permanência que existem na instituição e lhes dão um pequeno suporte, acredita-se que haveria um número muito grande de desistência nos cursos superiores. Dessa forma Nunes e Veloso afirmam que,

> [...] discutir sobre a permanência do estudante na universidade deve consistir em identificar dificuldades que influenciam na desistência precoce, ou tempo maior no curso, às vezes inviabilizando a sua conclusão. Nesse caso, o apoio que o estudante precisa para ter sucesso no seu percurso acadêmico deve ser definido mediante políticas de permanência e projetos institucionais, para que o acesso à educação superior seja garantido. (NUNES E VELOSO, 2016, p. 51).

Seguindo adiante com as entrevistas, foi perguntado a eles o que os motivam a permanecer no curso até o final. As respostas são diversas, contudo, o que mais se ouvia era que sem as políticas de permanência eles não teriam completado sequer os dos primeiros semestres do curso escolhido na instituição. Dentre os diferentes desejos e vontades que todos colocaram em suas respostas, cada um fazia questão de salientar a positividade e a importância dessas políticas.

O aluno 01 descreve sua motivação da seguinte forma:

> O que me deu e dá motivos até hoje nesse curso são as políticas de permanência existentes na instituição, pois sem elas eu não conseguiria viver aqui dentro, e se eu deixasse o curso também seria muito difícil me manter lá fora. Outro motivo é a vontade de me formar e poder pegar o diploma de graduação para conseguir alguma coisa melhor no mercado de trabalho

Também com motivos parecidos o aluno 06 declara que,

> O que me motiva é que eu venho de família humilde e sou de uma comunidade remanescente de quilombola, em minha família só eu e minha irmã conseguimos chegar na faculdade e minha mãe sempre me dando bons motivos para que eu não desista jamais, apesar de nunca ter frequentado a escola minha mãe é um exemplo pra mim e para que eu nuca pare de estudar, essa força que ela me dá vale muito e querendo ou não ela é um exemplo para que eu jamais pare. E sem contar, as políticas públicas de permanência que existe na instituição que vem ajudando desde quando ingressei nesse curso e vem mantendo a chama acessa dentro de mim para que eu chegue até o final.

O aluno 07 nos informa que,

> O meu motivo maior é o sonho de ter uma graduação. Além de sempre ter gostado de matemática, mesmo passando por situações adversas durante o curso o meu desejo de vencer e de ter uma graduação é a minha razão maior. Portanto não podemos esquecer que de nada adiantaria eu ter os melhores sonhos e não poder custear as despesas para conquista-los, então faço questão de deixar claro que se estou conseguindo realizar o meu desejo é por que houve subsídios para que isso pudesse acontecer. E esse subsídio vem através das políticas de permanência que há na instituição e que mesmo o apoio sendo pouco, mas cumpre o seu papel de maneira muito importante.

Contribuindo para a pesquisa o aluno 09 diz,

> A minha motivação maior é que eu quero muito ser o diferencial na minha família, pois sou a primeira a cursar uma graduação. Ainda que o curso não seja o dos meus sonhos aqui tenho políticas que favorecem e me incentivam a conclusão do curso. E é que tenho no momento, então vou cursá-lo até o final.

O aluno 05, estudante de Computação, expressa a sua vontade sobre o assunto,

> A vontade de continuar na área de computação, já que meu trabalho é uma extensão do curso, a contribuição profissional e pedagógica que os professores e profissionais da área dão. E indo mais além a minha vontade de crescer quanto ser humano, pois o conhecimento é a única coisa que ninguém pode tirar de você.

Dando a sua contribuição o aluno 12 também fala que,

> O primeiro fato é ter uma graduação, em segundo lugar pelo meu filho e em terceiro lugar é que já me encontro trabalhando na área. Então querendo ou não preciso desse diploma para dar continuidade a minha carreira profissional. E em último lugar e não menos importante quero dizer que as políticas de permanência também fazem parte de minhas motivações para concluir esse curso, pois foram elas quem me deram suporte quando estava grávida para que eu não abandonasse a faculdade.

É quase que unânime ver nas falas destes alunos que as políticas públicas de permanência fazem uma grande diferença em sua caminhada dentro das instituições públicas de ensino, pois, em sua maioria, eles relatam não terem condições

financeiras para arcar com seus gastos dentro destes locais de ensino. Os mesmos relatam que, mesmo o ensino sendo gratuito, os gastos são diversos, pois eles têm que comprar apostilas, os que não moram na cidade arcam com deslocamento, tem que participar de congresso e seminários, pois se está em uma academia esses eventos contam pontos no final do curso para as atividades complementares, e mais importante que isso, esses eventos são de suma importância na trajetória desses discentes. Esses são alguns dos exemplos citados por eles quando dizem que se manter na graduação não depende unicamente do desejo pessoal de cada um.

Para Vargas e Paula (2013), é muito difícil conciliar os estudos quando se trabalha, porém não se pode ir longe em sua carreira profissional quando não se tem escolarização.

> [...] a dificuldade de ajuste entre as exigências da escolarização e a necessidade de trabalhar, vivida por contingente expressivo do alunado. Entre a intenção de um estudante que pretende ingressar na educação superior e seu efetivo ingresso, encontramos um importante obstáculo a transpor, relacionado à situação de trabalho. Por vezes o trabalho dificulta a escolarização, por vezes a ausência de trabalho impede a escolarização (VARGAS; PAULA, 2013, p. 465).

Esses alunos, muitas vezes, têm que escolher entre o trabalho e os estudos. Dessa forma é que as políticas públicas de permanência entram na vida do alunado para poder dar oportunidade a eles de não precisarem escolher entre um e outro e sim continuar na graduação sem ter que passar necessidades ou abandoná-la para não passar necessidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de tecer os comentários sobre como foi o desenvolvimento dessa pesquisa, gostaria de colocar um ponto de vista a partir do momento em que começamos a buscar elementos para compor nosso trabalho. Por ser um tema não muito discutido e tão pouco trabalhado por autores de grandes influências e pensamentos nas academias brasileiras, tivemos uma grande dificuldade em encontrar materiais teóricos para nos apoiar e assim sustentar o que íamos descobrindo com as nossas entrevistas e a cada nova busca. Falar sobre políticas públicas de permanência hoje, apesar de ser uma temática bem interessante, ainda é pouco discutido em nossa sociedade, e indo na mesma direção, encontrar fontes para que fortaleça os resultados de nossas pesquisas continua sendo um trabalho árduo.

Embora seja de muita importância discutir e mostrar os resultados aos gestores e governantes de nosso país, o que essas políticas oportunizam na vida de pessoas consideradas de baixa renda e/ou que estão em estado de dependência financeira e econômica, ainda há pouca divulgação desses efeitos e poucos são os investigadores nessa área, possivelmente, inviabilizando o crescimento das existentes e a execução de novas políticas de permanência nas universidades. Tivemos muitos obstáculos em realizar nossa pesquisa, outrossim, fomos perseverantes e confiantes que de alguma forma encontraríamos resultados pertinentes e motivadores.

Não podemos negar que as políticas públicas de permanência na graduação, mesmo que timidamente, fazem uma grande diferença para os graduandos. Esses alunos, com diferentes realidades financeiras, ao ingressarem na educação superior, deparam-se com cenário totalmente diferente daqueles da educação básica até o ensino médio, e inúmeros deles começam a trilhar esses caminhos sozinhos, sem nenhum tipo de ajuda financeira. As políticas de permanência implantadas nessas instituições trazem, de certa forma, um conforto financeiro para que eles possam ter direito, pelo menos, ao básico da educação superior, que é o ensino. Com essa pesquisa, foi possível enxergar com outros olhos essas políticas, pois o percurso

possibilitou o contato com pessoas que as recebem e conhecer um pouco de suas histórias, entendendo os motivos pelos quais programas como esses deveriam atuar com mais eficácia, atingindo assim uma quantidade maior de discentes.

Sabendo que existem inúmeras pesquisas voltadas para evasão escolar e não desmerecendo o tema, que é de fato de grande relevância para a educação, é fácil encontrar aporte teórico, como teses e artigos para dar conta e sustentar pesquisas. No entanto, dificilmente vemos pesquisas voltadas para permanência do aluno na educação. Parece óbvio que o aluno deve permanecer na instituição, quase ninguém pergunta ao estudante (que por muitas vezes, são residentes em municípios vizinhos) porque ele permanece em um curso noturno, em uma cidade do interior e em um Instituto que em tese tem foco para o ensino técnico integrado, quais os motivos que os fazem quererem permanecer até o final do curso, de quais meios financeiros eles utilizam para sustentar essa vontade de permanecer, por este motivo o foco dessa pesquisa voltou-se para esses estudantes, com a pretensão de despertar novos pesquisadores e mobilizar discussões em grupos, evitando assim o comodismo, fazendo com que seja conhecido o lado daqueles que ultrapassam barreiras todos os dias para manter sua permanência na graduação.

É preciso promover debates sobre o assunto, tirando assim a venda dos olhos dos que ainda teimam em acreditar que o ato de permanecer deve-se simplesmente ao fator querer. É necessário trazer esse assunto para ser esmiuçado e, com ele, entendermos a real situação por trás da permanência. O estudante das instituições públicas de ensino, muitas vezes, deseja permanecer na instituição, porém algumas situações discutidas anteriormente nesta pesquisa o obrigam a encerrar suas participações antes do tempo nas universidades.

Logo, vimos que as políticas públicas de permanência são de extrema importância para os nossos entrevistados, muitos deles dependem unicamente delas para manterem-se na graduação; outros veem nessas políticas o incentivo a mais para concluírem seus cursos. Daí, concluímos que não podemos mais ficar estagnados e achando que as políticas públicas de permanência não têm relevância ou que o estudante não faz mais que sua obrigação em permanecer nas universidades até a sua formação. Temos que buscar cada vez mais discussões sobre o referido tema para entendermos como é a trajetória na academia principalmente daqueles considerados de baixa renda ou em vulnerabilidade socioeconômica.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, T. F. Atendimento aos estudantes universitários: um olhar etnográfico. In: KULLMANN, G. G. et al. (Org.). **Apoio estudantil**: reflexões sobre o ingresso e permanência no ensino superior. Santa Maria: UFSM, 2008, v. 1, p. 101-118.

ARAÚJO, Carla Busato Zandavalli Maluf de. **políticas públicas de permanência na educação superior brasileira nos anos 2000,** 2013.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

DYTZ, Aline guerra; SCHRIMER Sirlei Nadia; ROSA Thiago Silva da : **Políticas públicas para permanência qualificada dos acadêmicos nos cursos de graduação**; 2010.

ERINALDO, Ferreira Carmo; CHAGAS, José Aercio Silva; ENIVALDO, Carvalho Rocha; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. **Discutindo as políticas públicas de acesso ao ensino superior**. v.10, n.1. 2015.

EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, Theda. **Bringing the state back Cambridge**: Cambridge: University Press, 1985.

GIL, Antonio Carlos**. Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HERINGER, Rosana; FERREIRA, Renato. **Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período 2001-2008.** Brasília: IDP, 2011/2012.

LUCCHESI, Martha Abrahão Saad. **Políticas públicas para a educação superior no Brasil no contexto sul-americano: convergências e transformações na passagem do século** - RBPAE – v.23, n.3, p.513-528, set./dez. 2007.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Laura Cereta. **Universidade e alunos com necessidades educacionais especiais:** das ações institucionais às práticas pedagógicas. 2004. 300f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

NEGT, O.; KLUGE, A. **O que há de político na política?** São Paulo: UNESP, 1999.

NUNES, Roseli Souza dos Reis; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. A permanência na educação superior: múltiplos olhares. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v. 6 n.16, p.48-63, jan./abr.2016.

PRIMÃO, J. C. M. **Permanência na educação superior pública**: o curso de enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop. 2015. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

REIS, Dyane Brito. TENÓRIO, Robinson Moreira. **políticas públicas de acesso e permanência da população negra no ensino superior – um debate em curso.** anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/83.

SARKIS, Paulo Jorge. Eqüidade de acesso à educação Superior: o caso da UFSC. In: PEIXOTO, Maria do C. de Lacerda (org). **Universidade e Democracia**: experiências e alternativas para ampliação do acesso à Universidade pública brasileira. Belo Horizente: UFMG, 2004.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Dez 2006, no.16, p.20-45. ISSN 1517-4522

SOUZA, Celina. Dossiê. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa.** CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

VARGAS, H. M.; PAULA, M. F. C. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 18, n. 2, p. 459-485, jul. 2013.

VIEIRA, Edvaldo Amaro. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

Ministério da Educação - **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)** Disponível em:http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni. Acessado em 20 de abril de 2018.

Ministério da Educação - **Programa Universidade para Todos – (Prouni)** Disponível em:http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa.Acessado em 20 de abril de 2018

Ministério da Educação - **Programa de Bolsa Permanência.** Disponível em: http://permanencia.mec.gov.br/. Acessado em 30 de Março de 2018.

Ministério da Educação - **Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).** Disponível em:http://portal.mec.gov.br/pnaes.Acessado em 20 de abril de 2018